

BIBLIOTECA PÚBLICA E INDÚSTRIA EDITORIAL EM TEMPO DE CRISE ECONÔMICA

EMIR JOSÉ SUAIDEN

Instituto Nacional do Livro
70730 – Brasília, DF

Em tempo de crise econômica a biblioteca pública enfrenta o problema da contenção de recursos financeiros, e um percentual da população, constituído de pessoas que recebem de 1 a 3 salários mínimos, não tem, em virtude da crise, uma motivação espontânea para utilizar a biblioteca pública. O trabalho analisa também o relacionamento da biblioteca com a indústria editorial, principalmente no que diz respeito à aquisição de livros.

1. INTRODUÇÃO

A verdadeira missão ou o objetivo mais relevante da biblioteca pública tem sido muito discutida por especialistas da área, em artigos, livros e também em inúmeros congresos nacionais e internacionais. As seguintes afirmativas são ouvidas seguidamente: "o objetivo da biblioteca pública é melhorar a qualidade de vida da comunidade"; "a biblioteca pública é um alicerce do sistema educacional e cultural"; "o seu objetivo principal é a formação do hábito de leitura"; "sua missão é assistir os seus usuários através de um acervo compatível com as necessidades da população", etc.

No entanto, qualquer que seja o seu objetivo, seja rica ou pobre, rural ou urbana, a biblioteca pública terá de ser uma só em sua finalidade e em sua concepção, e tanto mais democrática quanto mais estenda a todos o melhor padrão alcançado.

As estatísticas provam que cerca de 80% dos usuários das bibliotecas públicas brasileiras são estudantes vinculados principalmente ao ensino de primeiro e segundo graus. Embora não exista ainda uma vinculação formal entre o sistema de ensino

e a biblioteca pública, ou vice-versa, o percentual acima permite estabelecer duas importantes conclusões:

1 —O restante da comunidade, excluindo os estudantes — ou seja, trabalhadores, operários, empresários, industriais, donas de casa, comerciantes —, tem uma participação pouco expressiva na frequência à biblioteca pública.

No entanto, em diversos municípios brasileiros observa-se uma boa utilização da biblioteca pública. Em Lençóis Paulista, por exemplo, a biblioteca pública apresenta um dos mais elevados números de consulentes entre as suas congêneres brasileiras: mais de cinco mil por mês (cerca de 15% da população da cidade).

O mais importante é que os registros de movimentação indicam que praticamente todos os segmentos da comunidade se utilizam da biblioteca: estudantes, professores, comerciantes, profissionais liberais, donas de casa, marceneiros, mecânicos e até bóias-frias.

Essa tendência para a leitura revelada pelo povo de Lençóis Paulista — uma cidade de 40 mil habitantes — não é facilmente explicada. Para alguns a demanda existe em função do acervo (20 mil volumes), onde é possível encontrar manuscritos de Graciliano Ramos, Euclides da Cunha, Érico Veríssimo e outras personalidades literárias.

2 —É muito importante essa participação efetiva de estudantes na biblioteca pública. Isto significa no mínimo que os futuros administradores, por terem frequentado a biblioteca pública, saberão avaliar melhor o desempenho dessa instituição no plano de desenvolvimento nacional, pois, segundo Bamberger⁽¹⁾, "O direito de ler significa igualmente o direito de desenvolver as capacidades intelectuais e espirituais da pessoa, o direito de aprender e progredir".

É certo, no entanto, que, se compararmos o percentual de estudantes que não frequentam a biblioteca pública, chegaremos à conclusão de que é um percentual muito grande. Acresce-se ainda ao problema o baixo índice brasileiro de sobrevivência escolar, ou seja:

- dos 3.024.570 alunos que ingressaram, em 1972, na 1ª série do 1º grau, somente 872.712, ou seja, 29%, atingiram a 2ª série em 1973;
- desses, 619.800 atingiram a 3ª -série em 1974, ou seja, 20% do contingente inicial;
- desses, 397.444 alunos, ou 13% do contingente inicial, lograram chegar à 4ª série em 1975;
- em 1979 conseguiram ingressar na 8ª série apenas 20.370 alunos, isto é, 0,68% do alunado que, sempre na zona rural, ingressou no ensino de 1º grau em 1972.

Tendo por base os números acima, a Ministra da Educação e Cultura, Esther de Figueiredo Ferraz, na abertura do Encontro Nacional de Dirigentes de Educação e

Desporto, realizado em Brasília em 27/09/82, disse: "e nem se diga que o quadro se modifique para melhor quando estejam em causa unidades mais desenvolvidas da Federação: ele se mantém inalterado mesmo em relação a tais unidades, o que vem provar que o problema não afeta apenas os estados realmente pobres, mas também os ditos ricos, aqueles munidos de maiores recursos materiais, de maior capacidade de controle administrativo, de apoio técnico, de capacidade pedagógica".

Considerando o que foi escrito nas linhas anteriores e os números apresentados, chegaremos à conclusão de que o problema econômico é o mais grave de todos os outros problemas defrontados, e que impossibilita o desenvolvimento da instituição biblioteca pública, pois para um percentual maior de população a sobrevivência é a grande meta, ficando as aspirações intelectuais relegadas a um plano secundário.

Num país como o Brasil, com tantas frentes de ataques a desafiar a argúcia e o descortino da administração nacional, a área da cultura e da educação descerra por si só um verdadeiro leque de problemas, cada qual apresentando características específicas e reclamando soluções *sui generis*.

Se levarmos em conta o caráter imperativo do atendimento aos setores da saúde, educação, economia, transporte etc., bem como os recursos parcimoniosos postos à disposição desses encargos indeclináveis e voracíssimos — em que pese a preocupação com ampliar as disponibilidades orçamentárias destinadas à execução dos programas respectivos —, forçoso é reconhecer que é a cultura sempre relegada a um plano secundário, incluída entre as superfluidades não de todo suprimíveis, mas cuja hora e vez de reabilitação são com frequência proteladas.

Nem de longe nos anima aqui o intuito de justificar esse tratamento por assim dizer madraсто que, em virtude de carência de meios, vem sendo dispensado ao esforço criador e ao labor intelectual entre nós. Queremos apenas assinalar um fato teimoso, a fim de que realisticamente seja focalizado, sem destemperos verbais e, muito menos, sem ilusões comprometedoras.

Não só, todavia, de pinceladas escuras se compõe o quadro das providências públicas dirigidas para o amparo e o estímulo aos frutos da inteligência. Felizmente esta já vai sendo compreendida: sem os mal-entendidos elitistas que marcaram a mentalidade reinante num passado não tão remoto. Julgamos já cremados e sepultados os equívocos da preocupação exclusiva com a supercultura, enormidade que raia pelo escândalo num país onde a disseminação de informações elementares ainda é meta prioritária e inadiável. Ainda bem que, pelo menos, já se acha ativado o interesse pelas tarefas essenciais e básicas, fertilizadoras do terreno onde medram os germes da instrução e da ilustração. Revela-se animadora a expectativa e mesmo o desvelo gerado pelo instrumental e pelos veículos do saber.

A biblioteca pública, como instituição vinculada ao Estado, sofre, como todas as outras, o reflexo da crise econômica. Se bem que todos os governos pretendam implantar uma política econômica onde se nutra a esperança de fazer os pobres

mais ricos e os ricos menos ricos, através de melhor distribuição da renda, na verdade isso não vem ocorrendo. *O Jornal do Brasil*, no seu editorial intitulado *Paraíso Perdido*, datado de 26/01/83, mostrou que a lei salarial de 1980 "aumentou de forma cruel o desemprego e a rotatividade daqueles trabalhadores situados nas faixas salariais de um a três salários mínimos. Precisamente os que a lei mais pretendia, paternalisticamente, assistir. O desemprego se transformou em recontrações por salários mais baixos, desfazendo assim os efeitos dos ganhos reais, acima da inflação, ou como registram os levantamentos do próprio Ministério do Trabalho (onde se vestiu, de forma mais generalizada, o manto do paternalismo), se transformou no agente principal da marginalidade social, ou seja, a criação de biscateiros, ou autônomos que tentam sobreviver por conta própria com renda incerta e ínfima. A lei, ainda, além de prejudicar os estratos de renda um pouco mais elevada — a classe média — contribui decisivamente para a recessão econômica: os melhores consumidores estavam, por definição, proibidos de consumir, e vêm levando à beira do precipício a pequena e a média empresas.

A lei, enfim, mudou, quando a racionalidade foi imposta pela força incontornável das circunstâncias: o Brasil não poderia firmar, a sério, um acordo responsável como o que assinou com o FMI (Fundo Monetário Internacional), sem rever o papel desorganizado de uma lei que robustecia a inflação".

É fácil perceber pelas linhas acima que a biblioteca pública foi duplamente atingida. Em primeiro lugar, os recursos orçamentários serão cada vez mais escassos e, em segundo, a parcela mais significativa da população brasileira, ou seja, aquela constituída de pessoas que recebem de um a três salários mínimos, atingida violentamente pela inflação, pelo desemprego e pelo subemprego, passam a utilizar todas as horas disponíveis em busca de um único ideal — a sobrevivência, e a ver a biblioteca pública como uma simples fantasia.

Mas nem tudo está perdido. A crise obrigará cada vez mais os bibliotecários a se utilizarem de sua capacidade e de sua criatividade. Conhecendo a comunidade a que servem, poderão criar novas atividades, mesmo em detrimento dos serviços técnicos mais tradicionais, e dessa forma oferecendo aquilo a que, de fato, a comunidade, nesta conjuntura, aspira. A biblioteca pública terá cada vez mais de se constituir em órgão de prestação de serviços comunitários.

2. PRODUÇÃO EDITORIAL BRASILEIRA EM 1980, 1981 e 1982

No atual estágio de desenvolvimento das bibliotecas públicas no Brasil, o livro é o instrumento de maior eficiência para combater o analfabetismo e o subdesenvolvimento, e a biblioteca pública deve, cada vez mais, apoiar o desenvolvimento da indústria editorial.

Nesse sentido o Instituto Nacional do Livro, de acordo com cláusula contratual, exige que todas as bibliotecas públicas adquiram anualmente um mínimo de dez salários-referência na aquisição de livros. Durante o ano de 1981 as bibliotecas con-

venidas aplicaram um total de Cr\$ 95.000.000,00 (noventa e cinco milhões de cruzeiros) na compra de livros.

Penna, Foskett e Sewell⁽³⁾, estudando a função da biblioteca na produção de livros, destacam que "A função da biblioteca na complicada rede da produção e distribuição de livros exige um cuidadoso delineamento, e reforça a necessidade de ser minuciosamente definida, nos planos de desenvolvimento e de política.

As seguintes formulações são geralmente aceitáveis:

- 1) constituir uma fonte de inspiração e informação para escritores;
- 2) colocar autores principiantes em contato com organismos de produção de livros, através de sua rede de pontos de serviços;
- 3) esclarecer, perante editores e livreiros, as implicações da expansão de seus serviços, em termos de quantidade e tipos de material requerido;
- 4) prestar assistência à indústria do livro no intercâmbio internacional através do ISBN e outros programas de catalogação;
- 5) prestar assistência à indústria do livro na determinação das preferências de leitura;
- 6) contribuir para a circulação de livros novos através de bibliografias nacionais correntes;
- 7) proporcionar instalações para classes de alfabetização, seja na língua nacional ou na língua internacional aceita;
- 8) estimular seu pessoal a atuar como professores dessas classes;
- 9) proporcionar instalações e material bibliográfico para laboratório de redação e tradução;
- 10) cooperar em eventos nacionais e locais destinados a promover os livros e a leitura;
- 11) em áreas que não possuem livrarias, proporcionar pontos de vendas;
- 12) como formulação mais importante, formar um público leitor.

"Esta lista não está necessariamente completa e precisará ser ampliada e adaptada para atender às circunstâncias nacionais e locais. Demonstra, entretanto, que, no processo de encontrar objetivos dentro do seu próprio âmbito, o serviço bibliotecário pode dar uma contribuição valiosa para o desenvolvimento do livro. Na verdade, os dois campos estão inter-relacionados e são interdependentes, e é desejável que adequados arranjos organizacionais sejam feitos para reunir o pessoal empenhado nas bibliotecas com aquele que lida com o comércio livreiro, tanto a nível local como a nível nacional. Com respeito a este assunto, deveriam ser levadas seriamente em consideração as sugestões feitas pela UNESCO, especialmente aquelas relativas à formação de Conselhos Nacionais de Desenvolvimento do Livro".

No entanto, não temos ainda informações detalhadas a respeito do percentual de participação das bibliotecas na aquisição de livros produzidos no país.

O Sindicato Nacional de Editores de Livros apresentou uma projeção da produção editorial durante os anos de 1980 e 1981 (que a seguir destacamos), pois é de fundamental importância, para se ter um posicionamento sobre a produção editorial brasileira, termos estatísticas precisas sobre tipos de livros editados, linha editorial, causas de distribuição, distribuição geográfica, etc.

TABELA 1
Produção Editorial Brasileira em 1980

Extrato (lex/ano)	Empresas	Títulos	Exemplares
A - até 50.000	86	530	1.492.100
B - de 50 a 100.000	28	540	1.951.714
C - de 100 a 500.000	58	2.703	12.607.070
D - de 500 a 1.000.000	18	941	12.116.623
E - de 1 a 5.000.000	30	4.051	56.471.905
F - + de 5 milhões	10	4.052	158.273.199
TOTAL	230	13.267	242.912.611

FONTE: Sindicato Nacional dos Editores de Livros (SNEL)/Setor de Estudos (cópia mimeografada).

TABELA 2
Dados Disponíveis Relativos à Produção Editorial Brasileira em 1981

Extrato	Empresas	Índices (81/80)	
		Títulos %	Exemplares %
A	32	-15.6	-40.2
B	7	+ 3.3	-28.5
C	21	+ 2.9	-11.5
D	6	+16.9	- 4.6
E	13	+ 2.9	-13.0
F	4	- 2.2	- 4.3
TOTAL	83	-	-

FONTE: SNEL/Setor de Estudos (cópia mimeografada)

TABELA 3
 Projeção para a Produção em 1981

Extrato	Projeção Preliminar	
	Títulos	Exemplares
A	447	892.276
B	558	1.395.476
C	2.781	11.157.746
D	1.100	11.559.258
E	4.168	49.130.557
F	4.402	151.467.451
TOTAL	13.4596	225.602.764

FONTE: SNEL/Setor de Estudos.

TABELA 4
 Série Histórica 1979-1981

Ano	Títulos	%*	Exemplares	%
1979	13.228	—	249.002.895	—
1980	13.267	0,3	242.912.611	-2,4
1981*	13.456	1,4	225.602.764	-7,1

FONTE: SNEL/Setor de Estudos

* Estimativa

TABELA 5
 Produção Editorial Brasileira em 1980 — Tipos de livros editados
 (distribuição percentual sobre exemplares)

Tipo Físico	Porcentagem
1.1 — Avulso	60,21%
1.2 — Coleção	4,65%
1.3 — Livro de Bolso	10,15%
1.4 — Fascículo	24,99%
TOTAL	100,00%

NOTA: 100% corresponde a 242.912.611 exemplares.

TABELA 6 – Linha Editorial

Classes	Títulos	Exemplares
2.0 Obras gerais	—	—
1. Lit. Inf. Juvenil	—	—
1.1 Brasileira	688	9.543.743
1.2 Estrangeira	471	7.386.432
2 Outros	498	37.512.856
2.1 Filosofia	540	3.085.514
2.2 Religião	1.056	12.716.913
2.3 Ciências Sociais	—	—
1. Economia	160	719.589
2. Direito	716	4.386.462
3. Demais	582	3.346.321
2.4 Filosofia	237	2.098.734
2.5 Ciências Puras	165	731.198
2.6 Ciências Aplicadas	—	—
1. Medicina	273	7.797.332
2. Engenharia	161	411.227
3. Demais	287	12.235.301
2.7 Belas-Artes	566	8.416.189
2.8 Literatura	—	—
1. Brasileira	2.035	18.601.536
2. Estrangeira	1.933	15.889.696
2.9 Hist. Geogr. Biogr.	245	2.675.431
2.10 Liv. Did. e Téc.	—	—
1. Mobral	1	4.260.000
2. Supletivo	73	2.029.573
3. 1º Grau	1.900	71.776.688
4. 2º Grau	680	17.291.876
S/informação	—	—
TOTAL	13.267	242.912.611

TABELA 7

Títulos editados segundo 1ª edição, reedição ou reimpressão, nacional ou traduzida

Título	1ª edição	Reedição	Reimpressão	S/Informação	Total
3.1 – Nacional	3643	1696	2896	701	8936
3.2 – Traduzido	2472	650	961	235	4318
S/Informação	—	—	—	13	13
TOTAL	6115	2346	3857	949	13267

TABELA 8

Produção de Livros didáticos, técnicos e de referência e consulta

Nível	Título	Exemplares
4.1 – Didático e/ou técnico (superior)	1862	6.687.447
4.2 – Didático e/ou técnico (pós-graduação)	79	241.662
4.3 – Referência e consulta	615	38.969.015

TABELA 9

Canais de distribuição utilizados (percentagem sobre exemplares)

Canal	Percentagem
5.1 – Distribuidor	45,59
5.2 – Livraria	20,12
5.3 – Papeleria/Bazar	5,67
5.4 – Porta-a-porta	4,57
5.5 – Bancas de jornal	1,51
5.6 – Bibliotecas	0,07
5.7 – Correio	2,83
5.8 – Clube do Livro	1,43
5.9 – Órgão Públicos	7,94
5.10 – Escolas	7,33
5.11 – Diversos	2,55
S/especificação	0,02
S/informação	0,37
TOTAL	100,00

NOTA: 100% corresponde a 242.912.611 exemplares.

* Inclui supermercados, farmácias, postos de gasolina, etc.

TABELA 10

Distribuição geográfica das vendas (percentagens sobre exemplares)

Distribuição geográfica	Percentagem
6.1 – São Paulo	31,36
6.2 – Rio de Janeiro	19,55
6.3 – MG/ES	9,19
6.4 – Sul	12,69
6.5 – Norte	3,56
6.6 – Nordeste	11,03
6.7 – Centro-Oeste	8,23
6.8 – Exportação	—
1. Portugal	0,25
2. África	0,05
3. E.U.A.	0,01
4. América Latina	0,01
5. Outros	0,06
S/especificação	0,75
S/informação	3,26
TOTAL	100,00

3. CONCLUSÕES

As tabelas apresentadas permitem algumas reflexões que se evidenciam. A produção, em termos de títulos e exemplares, é razoável, considerando-se as condições do país, com o livro avulso sendo o mais editado, e a linha editorial segue as condições de demanda do mercado.

Os canais de distribuição mais utilizados continuam sendo o distribuidor e a livraria. São Paulo, seguido do Rio de Janeiro, concentra o percentual maior em termos de distribuição geográfica das vendas.

Infelizmente, pelas tabelas apresentadas não é possível detectar a contrapartida das bibliotecas, ou seja, o montante de recursos aplicados na aquisição de livros. Mas, se em 1976 as bibliotecas brasileiras investiram Cr\$ 160.000.000,00 (cento e sessenta milhões) na compra de livros, o que correspondia, na época, a cerca de 8.904.719 ORTNs, pois cada ORTN valia Cr\$ 175,68 (cento e setenta e cinco cruzeiros e sessenta e oito centavos), multiplicando o número de ORTNs do investimento realizado pelas bibliotecas em 1976, na aquisição de livros, pelo seu valor em dezembro de 1982 — Cr\$ 2.733,27 (dois mil setecentos e trinta e três cruzeiros e vinte e sete centavos), chega-se à conclusão de que aquele investimento corresponde atualmente a Cr\$ 2.433.900.130,00 (dois bilhões, quatrocentos e trinta e três milhões, novecentos mil, cento e trinta cruzeiros).

No entanto, o montante correto será confirmado neste ano, quando o INL publicará a nova edição do seu Guia das Bibliotecas Brasileiras.

Seja como for, a biblioteca se apresenta para os editores como um canal de distribuição cada vez mais importante. Essa interação será, sem dúvida, o mais forte instrumento para o desenvolvimento da indústria editorial e de uma política bibliotecária consistente, pois já nos disse Jorge Luís Borges:⁽⁴⁾ "Devemos manter o culto do livro. O livro pode conter muitos erros, podemos não concordar com as opiniões expressas pelo autor, mas ainda assim ele conserva algo sagrado, algo divino, não com um tipo de respeito supersticioso, mas com o desejo de encontrar felicidade, de encontrar sabedoria".

Comunicação recebida em 31.10.83

Abstract

Public Library and the Publishing Industry in time of economic crisis.

In time of economic crisis the public library has to face the problem of scarce financial resource. A percentage of the population, constituted by people who receive from 1 to 3 reference salaries, do not have, by virtue of the crisis, motivation to make use of the public library. This work analyses the relationship of the library and the publishing industry, mainly in relation to the acquisition of books.

REFERÊNCIAS

1. BAMBERGER, R. *Como incentivar o hábito de leitura*, São Paulo, Cultrix; Brasília, INL, 1977. 117p.
2. O PARAÍSO perdido. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 26 jan. 1983.
3. PENNA, C.V; FOSKETT, D.J.; SEWELL, P.H. *Serviços de informação e biblioteca*. São Paulo, Pioneira; Brasília, INL, 1979. 224p.
4. BORGES, J. L. O livro. *Humanidades*, Universidade de Brasília, 1(1):15-8, out./dez.